



Bolsas
Na sexta-feira

1,52%

São Paulo

0,46%

Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias

177.547

174.041

21/7

22/7

23/7

24/7

Dólar

Na sexta-feira

R\$ 5,080

(- 0,06%)

Últimos

20/ julho

21/julho

22/julho

23/julho

5,089

5,073

5,051

5,083

Salário mínimo

R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na sexta-feira

R\$ 5,777

CDI
Ao ano

14,15%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,03%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Fevereiro/2026

0,70

Março/2026

0,88

Abril/2026

0,67

Maió/2026

0,58

junho/2026

0,16

TARIFAÇO

Retaliação aos EUA pode agravar crise

Enquanto o governo sinaliza usar a reciprocidade em resposta às tarifas do governo Trump, especialistas defendem uma estratégia que combine negociação diplomática com instrumentos de barganha para proteger os interesses do Brasil

» ROSANA HESSEL

Novo tarifaço imposto pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros entrou em vigor na semana passada, elevando a taxa de até 37,5% sobre milhares de itens exportados pelo Brasil. Em resposta, o Palácio do Planalto sinaliza que avalia adotar medidas com base na Lei de Reciprocidade Econômica, estratégia que divide especialistas e representantes do setor produtivo. Analistas ouvidos pelo **Correio** defendem cautela na adoção da legislação e apontam alternativas para reagir às sanções americanas.

Em artigo publicado ontem no jornal *The Washington Post*, sob o título “Ninguém vai nos derrotar com mentiras”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou as novas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos como um erro e defendeu um diálogo “aberto e construtivo” com o presidente norte-americano Donald Trump.

O comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos vem encolhendo desde o retorno de Donald Trump à Casa Branca, no ano passado. No texto, publicado um dia após o Itamaraty negar visto a dois representantes do Departamento de Estado dos EUA, Lula reforçou a defesa da soberania brasileira e afirmou que “o destino do Brasil cabe exclusivamente aos brasileiros determinar — sem interferência estrangeira ou subserviência”.

Na avaliação de analistas e entidades do setor produtivo, o governo brasileiro deve manter o diálogo com os Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial do país, e ampliar as medidas de apoio aos exportadores. Embora elogiem iniciativas como a terceira edição do Brasil Soberano, que destinou R\$ 18,5 bilhões em crédito, avaliam que o pacote pode ser insuficiente diante do risco de novas tarifas além das alíquotas de 12,5% e 25% já em vigor.

Desde sexta-feira, está em vigor uma tarifa adicional de 10% a 12,5% sobre produtos importados do Brasil e de outros 59 parceiros comerciais dos Estados Unidos. A medida, adotada pelo Representante de Comércio dos EUA (USTR) sob a alegação de combate ao trabalho forçado, é alvo de críticas do governo brasileiro, de entidades do setor produtivo e de outros países, incluindo membros da União Europeia. Apesar disso, o setor produtivo rejeita uma retaliação e defende a continuidade das negociações.

“Retaliar com tarifas seria a pior decisão do governo brasileiro. Acho que seria mesmo um desastre. Isso é um assunto muito sério, muito delicado, e não pode ser conduzido com objetivos eleitorais e políticos”, aconselhou Mailson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria. Na avaliação do economista, uma eventual retaliação brasileira enfrentaria a irracionalidade que tem caracterizado a política comercial norte-americana.

“Trump tem dado várias demonstrações disso. Ele não hesita em aprofundar a estupidez quando percebe uma reação tarifária do outro país. Fez isso com a China e, agora, com o Canadá, que é um parceiro comercial tradicional dos

Estados Unidos e tem um acordo de livre-comércio consolidado que não está sendo respeitado”, alertou Mailson. O ex-ministro engrossa o coro dos que afirmam não ver sinais de racionalidade na política econômica do governo Trump, que vem ampliando as barreiras protecionistas desde que retornou ao poder no ano passado.

“Num país que tem o maior número de prêmios Nobel de Economia, nunca se imaginou que um presidente norte-americano adotasse políticas protecionistas semelhantes às piores praticadas na América Latina. Os Estados Unidos só têm a perder com isso. Haverá prejuízo para os consumidores e, de outro lado, serão criados interesses enraizados em setores protegidos. Qualquer mudança, por sua vez, encontrará resistência das empresas beneficiadas”, destacou.

A economista Monica de Bolle também reconheceu que a política externa de Trump não tem muita lógica e, muito menos, respeita os princípios básicos da diplomacia tradicional. Por isso, ela considera que o governo brasileiro não pode negociar da mesma forma que fazia anteriormente, uma vez que o secretário de Estado de Trump, Marco Rubio, tem um viés ideológico em relação à América Latina que contamina qualquer negociação racional.

“O atual governo norte-americano não é um governo normal e não tem uma atuação diplomática normal. Em uma situação normal, a tentativa de negociação seria vitoriosa, mas isso não acontece com o governo Trump”, alertou a economista.

Ela lembrou que o republicano está recompondo as tarifas que implementou no ano passado e que foram derrubadas pela Suprema Corte dos EUA no início deste ano. Além disso, nada impede que ele continue elevando as tarifas como bem entender. “Trump é um sujeito que viu o apogeu dos Estados Unidos nos anos 1980 e quer resgatar aquela época. Esse é o objetivo dele. Mas o mundo mudou, e a economia dos EUA perdeu espaço para a China”, explicou.

De acordo com a pesquisadora do Peterson Institute for International Economics (PIIE), apesar de não ser um entendedor da diplomacia, Marco Rubio tem uma estratégia clara para a América Latina, que lançou a candidatura no último sábado, porque ele faria tudo o que os EUA mandassem, “apesar de isso ser péssimo para o país e para a economia brasileira”. Diante das visões equivocadas de Trump e de sua equipe, Monica de Bolle ressaltou que a dificuldade para o Brasil conseguir negociar qualquer redução das tarifas adicionais é grande. “Não há negociação com Trump. É imposição. É isso que as pessoas não estão

Comércio bilateral

Evolução dos embarques e desembarques do comércio do Brasil para os Estados Unidos, segundo maior parceiro comercial do país, atrás apenas da China

EVOLUÇÃO DA BALANÇA — BRASIL X EUA

Ano	Exportação	Importação	Saldo – Dados em US\$ bilhões
2020	21,5	27,9	-6,4
2021	31,1	39,4	-8,3
2022	37,4	51,3	-13,9
2023	36,9	38,0	-1,0
2024	40,4	40,7	-0,3
2025	37,7	45,1	-7,5

RECORTE 2026

Acumulado jan-jun/2026	US\$ bilhões	Varição em relação ao mesmo período de 2025
Exportação	17,4	-13%
Importação	19,0	-12,5%
Saldo comercial	-1,5	

NÚMEROS

9,43%

Participação dos EUA nas exportações brasileiras no primeiro semestre de 2026

13,3%

Participação dos EUA nas importações brasileiras no primeiro semestre de 2026

Fonte: Secex/Mdic

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



entendendo muito bem. Não existe negociação. Ele está impondo as vontades dele desde o início do governo, porque é assim que ele enxerga a economia”, explicou.

Espaço na mesa

Ainda na avaliação da economista, para conseguir espaço na mesa de negociação, o governo brasileiro precisa encontrar formas de aumentar seu poder de barganha com os EUA para negociar a redução das tarifas. Ela sugere, por exemplo, que o Brasil ameace taxar os Estados Unidos por meio do Imposto de Exportação sobre alguns produtos que não tenham

peso relevante na balança comercial brasileira, mas impactem o bolso dos norte-americanos. “Isso é algo que não existe na Constituição dos Estados Unidos e, por conta disso, não há como eles fazerem uma retaliação na mesma moeda”, afirmou Monica de Bolle.

Ela lembrou que o Brasil não tem o mesmo poder de barganha da China, mas também não é irrelevante para os EUA. Como exemplo, citou o nióbio, cuja produção mundial é dominada pelo Brasil. Segundo a economista, se o governo brasileiro sinalizar a possibilidade de taxar esse produto, Washington teria mais interesse em negociar.



Valdo Virgo/CB/D.A Press



Retaliar com tarifa seria a pior decisão do governo brasileiro. Acho que seria mesmo um desastre. Isso é um assunto muito sério, muito delicado”

Mailson da Nóbrega, economista e ex-ministro da Fazenda

“O governo brasileiro vai ter que fazer ameaças. É a única linguagem que eles entendem, uma espécie de bullying. Não adianta tentar negociar pela via diplomática. Isso não funciona”, pontuou.

Para a economista, o governo brasileiro também não pode aceitar os termos do acordo que Trump tentou impor ao Brasil, como fez com Argentina e Equador, embora alguns representantes de entidades e especialistas avaliem que ainda há espaço para negociar essa proposta. “Para este governo dos EUA, concessão é uma declaração de fraqueza. É assim que eles interpretam qualquer concessão.

Eles não veem isso como um ato de boa-fé”, assinalou.

O inegociável

Welber Barral, especialista em comércio internacional, ex-secretário de Comércio Exterior do Mdic e sócio da BMJ Consultores Associados, também não vê espaço para negociação nos termos da proposta anterior, que incluía até o Pix na mesa de negociação. “Era inegociável”, afirmou.

Em artigo recente, Barral escreveu que a proposta começava pelo flanco agrícola: zerar tarifas para o etanol dos EUA, mas sem qualquer contrapartida palpável para o açúcar brasileiro — “uma assimetria histórica que empaca a mesma discussão há décadas”.

Além disso, ele lembrou que, no terreno regulatório, exigia-se “não restringir o acesso ao mercado para os EUA em razão do mero uso de certos termos”. “Esse compromisso conflitaria frontalmente com as indicações geográficas penosamente negociadas no acordo Mercosul-União Europeia”, resumiu.

A nova tarifa, somada à de 25% em vigor desde o dia 22, sob a alegação de punição contra comércio desleal, eleva a sobretaxa para até 37,5%. Segundo levantamento da MB Associados, a medida pode impactar até 32% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, com os setores de máquinas e equipamentos e de madeira entre os mais afetados.

Sergio Vale, economista-chefe da MB, também defendeu que é importante que o governo mantenha a estratégia de diversificar mercados e apoiar o setor produtivo na busca por novos parceiros comerciais. “A retaliação, em geral, não é o caminho. O melhor caminho é, de fato, buscar gradativamente novos mercados. Esse deveria ser o objetivo central do governo”, aconselhou.

Conforme os cálculos da MB, as isenções somam US\$ 19,3 bilhões do volume embarcado para o mercado norte-americano. Entre os produtos que escaparam da taxa estão carnes, café e aviões.

Desde que retornou à Casa Branca, em janeiro de 2025, Trump vem adotando medidas protecionistas e chegou a impor sobretaxas de até 80% a alguns países. No caso do Brasil, a tarifa chegou a 50% no ano passado, mas recuou após negociações conduzidas por empresários e pelo governo brasileiro, lideradas pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, apontado por especialistas como uma das vozes mais equilibradas do governo nesse tema.

“Alckmin tem mantido a racionalidade do diálogo”, avaliou Mailson da Nóbrega. O ex-ministro lembrou que a pauta comercial entre Brasil e Estados Unidos é predominada por bens manufaturados e de maior valor agregado, como aviões e peças, e que a balança comercial é deficitária para o Brasil, o que não justificaria a taxa, já que o lado norte-americano é superavitário.

“Esse é um aspecto para justificar a irracionalidade da tarifa. Mas como o Brasil vai lidar com uma potência que tem poder de retaliação diante de uma reação tarifária? Seria um tiro no coração do comércio”, alertou Nóbrega.